

Declaração n.º 31/2006 (2.ª série). — Declara-se que fica sem efeito a inclusão de João Martinho Marques Abaladas, barbeiro-cabeleireiro do Hospital Pulido Valente, E. P. E., no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 76, de 30 de Março de 2004, em virtude de ter sido revogado o acto que lhe concedeu a aposentação.

16 de Fevereiro de 2006. — O Administrador, *Vitor Fernandes*.

Rectificação n.º 303/2006. — Nos números do *Diário da República*, 2.ª série, a seguir indicados, devem ser consideradas as seguintes rectificações:

N.º 248, de 28 de Dezembro de 2005, a p. 18 014, onde se lê «António Farinha Ferreira Belo, verificador aduaneiro de 1.ª classe,» deve ler-se «António Farinha Ferreira Belo, verificador auxiliar aduaneiro de 1.ª classe,».

N.º 22, de 31 de Janeiro de 2006, a p. 1429, onde se lê «Orlando José Sobral [...] Hospital Sobral Cid,» deve ler-se «Orlando José Sobral [...] ARS do Norte, Sub-Região de Saúde do Porto,», a p. 1430, onde se lê «Ana Maria Silva Sá Portela Rosa [...] Escola EB 2,3 Dr. Pedro Barbosa,» deve ler-se «Ana Maria Silva Sá Portela Rosa [...] Agrupamento Vertical das Escolas de Darque,», a p. 1434, onde se lê «Maria Bernardete M. Pinto Falcão Bernardes» deve ler-se «Maria Bernardete Macedo Pinto Falcão Fernandes»; de p. 1439 a p. 1441, a publicação dos aposentados do Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação não deve ser considerada sob o título «Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior», mas sim sob o título «Ministério da Economia e da Inovação».

16 de Fevereiro de 2006. — O Administrador, *Vitor Fernandes*.

Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo

Despacho (extracto) n.º 4812/2006 (2.ª série). — Por despacho de 31 de Janeiro de 2006 do director-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo:

Francisco José Parra Curinha, reverificador assessor principal — nomeado, em regime de substituição, director de serviços de Cooperação Aduaneira e Documentação, com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Fevereiro de 2006. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos*.

Direcção-Geral do Património

Anúncio n.º 28/2006 (2.ª série). — A Direcção-Geral do Património pretende recrutar funcionários vinculados à administração pública central com licenciatura em Engenharia Mecânica, Engenharia Civil, Agronomia ou Arquitectura.

As respostas deverão ser enviadas, acompanhadas de *curriculum vitae*, para a Direcção-Geral do Património, Avenida de Elias Garcia, 103, 1050-098 Lisboa, no prazo de 10 dias úteis a contar do dia seguinte ao da presente publicação.

15 de Fevereiro de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Manuela Brandão*.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Gabinete do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar

Despacho n.º 4813/2006 (2.ª série). — 1 — No uso das competências delegadas pelo despacho n.º 10 379/2005, de 11 de Abril, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 90, de 10 de Maio de 2005, e nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, nomeio o major ADMIL 00834386, Adriano Júlio Brites Dias, por um período de 365 dias, em substituição do major ADMIL 10473185, Armando José Rei Soares Ferreira, para desempenhar funções de director técnico do projecto n.º 7, «Escola

Prática de Administração Militar», inscrito no Programa-Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

14 de Fevereiro de 2006. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Manuel Lobo Antunes*.

EXÉRCITO

Comando do Pessoal

Direcção de Recrutamento

Despacho n.º 4814/2006 (2.ª série). — *Subdelegação de competências.* — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo despacho n.º 20 323/2003 (2.ª série), do tenente-general ajudante-general, subdelego no TCOR ART João Carlos Ferreira da Costa, chefe da Repartição de Recrutamento Geral, a competência que em mim foi subdelegada para proceder à assinatura do contrato dos militares RV/RC do CFP 1.º T/CMD/06, nos termos do artigo 35.º do RLSM, por remissão do artigo 46.º do RLSM, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 289/2000, de 14 de Novembro.

7 de Fevereiro de 2006. — Por subdelegação de competências do TGEN AGE, após delegação de competências do GEN CEME, o Director, *Hugo Eugénio dos Reis Borges*, MGEN.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 4815/2006 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 1, e para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 144/99, de 31 de Agosto, e verificados os requisitos previstos no artigo 2.º da Convenção Europeia de Extradicação, considero admissível o pedido de extradicação do cidadão de nacionalidade guineense Tijane Baldé, que também responde pelos nomes de Umaru Bari, Nelson Kilif, Bubu Balde, Oumarou Abdoul Barry, Abdulvaibe Umar e Barri Umaru Abdul, solicitado pela Confederação Helvética, por no âmbito do processo n.º PE01.030202-ADY/CMS/FHE, que correu termos no Tribunal Correccional de Lausanne, do Cantão de Vaud, ter sido condenado na pena de 5 anos de prisão e expulsão do território suíço em 15 anos pela prática do crime de tráfico ilícito de estupefacientes grave, de contravenção de consumo de estupefacientes, e dos crimes de branqueamento de capitais e de entrada e permanência ilegal.

15 de Fevereiro de 2006. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Centro de Estudos Judiciários

Aviso n.º 2633/2006 (2.ª série). — Faz-se público que, por despacho de 6 de Fevereiro de 2006 da directora do Centro de Estudos Judiciários, foi designada presidente do júri B (Lisboa) das provas da fase oral constante do anexo II do aviso n.º 67/2006 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 4, de 5 de Janeiro de 2006, a procuradora-geral-adjunta Maria Helena dos Santos Silva Varandas, em substituição do procurador-geral-adjunto João Manuel Cabral Tavares, dispensado, a seu pedido.

17 de Fevereiro de 2006. — O Director-Adjunto, *António Carlos Duarte Fonseca*.

Instituto de Reinserção Social

Despacho (extracto) n.º 4816/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 3 de Fevereiro de 2006:

José Maria da Silva de São Tomás, tractorista da carreira de tractorista, escalão 2, índice 146, do quadro de pessoal deste Instituto — reclassificado como motorista de ligeiros da carreira de motorista de

ligeiros, escalão 2, índice 151, precedendo parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de Fevereiro de 2006. — A Presidente, *Leonor Furtado*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Portaria n.º 416/2006 (2.ª série). — Pela Portaria n.º 798/2004, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 164, de 14 de Julho de 2004, foi constituído o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal do Montijo.

Verificaram-se entretanto alterações na composição do referido Conselho.

Assim:

Manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, ao abrigo do artigo 157.º do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto, com a redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 201/2005, de 24 de Novembro, alterar a Portaria n.º 798/2004, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 164, de 14 de Julho de 2004, no seguinte:

Representantes dos caçadores:

António Fernando Batista Ferreira.
Jacinto Cordeiro Guilherme.

Representante da Direcção-Geral dos Recursos Florestais:

Mariano José Patacas Velhinho.

10 de Fevereiro de 2006. — Pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Rui Nobre Gonçalves*, Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto,
das Obras Públicas e das Comunicações

Despacho n.º 4817/2006 (2.ª série). — Nos termos do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 14.º e no n.º 2 do artigo 15.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, atento o despacho do director-coordenador da Área de Concessões da EP — Estradas de Portugal, E. P. E., de 11 de Agosto de 2005, que aprovou as plantas parcelas RACA-P20.0-SC.13-013b a RACA-P20.2-SC.13-014b e RACA-P20.2-SC.13-016 e os mapas de expropriações das parcelas necessárias à construção da obra da A 28/IC1 — lanço Viana do Castelo-Caminha — sublanço Riba de Ancora-Caminha — troço norte — aditamento 3, declaro, no uso da competência que me foi delegada por despacho do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, ao abrigo do artigo 161.º do Estatuto das Estradas Nacionais, aprovado pela Lei n.º 2037, de 19 de Agosto de 1949, a utilidade pública, com carácter de urgência, das expropriações das parcelas necessárias à construção deste lanço, abaixo identificadas, com os elementos constantes da descrição predial e da inscrição matricial dos direitos e ónus que sobre elas incidem e os nomes dos respectivos titulares.

Mais declaro autorizar a Euroscut Norte a tomar posse administrativa das mencionadas parcelas, assinaladas nas plantas anexas, com vista à prossecução dos trabalhos, sendo que a urgência da expropriação se louva no interesse público de que as obras projectadas sejam efectuadas o mais rapidamente possível.

Os encargos com as expropriações em causa encontram-se caucionados pela Sociedade Concessionária da SCUT do Norte Litoral, S. A., nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 12.º do Código das Expropriações.

31 de Janeiro de 2006. — O Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, *Paulo Jorge Oliveira Ribeiro de Campos*.

